



A COOPERAÇÃO DE DEFESA DO BRASIL NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ: A RELAÇÃO COM OS PALOP

A cooperação bilateral brasileira com os PALOP integra uma agenda de política externa que inclui a ajuda ao desenvolvimento e a cooperação técnica com estes países africanos, nomeadamente no setor da Defesa. As ações desenvolvidas incorporam a tendência de consolidar uma agenda positiva com outros Estados do designado Sul Global e contribuir para a projeção internacional do Brasil no Atlântico Sul.

Este artigo aborda a Política Externa Brasileira e a capacitação operacional na vertente da Defesa dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) situados na região do Golfo da Guiné. Institucionalmente, o governo brasileiro conta com a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que patrocina ações de cooperação estratégica relevantes no designado “Sul Global”, nomeadamente através do Projeto BRA/13/008, contribuindo assim para o reforço da Cooperação de Segurança e da Defesa com os Estados apoiados.

O espaço marítimo do Golfo da Guiné está situado na porção sul do Oceano Atlântico, confluindo numa região que congrega um vasto conjunto de países africanos e constitui um eixo de ligação com a Europa. Neste espaço estratégico estão localizados quatro dos PALOP (não contanto com a Guiné Equatorial neste contexto), dentre outros Estados da costa ocidental africana com quem o Brasil também tem uma cooperação na área da Defesa. O Golfo da Guiné é uma região complexa para a segurança marítima do Atlântico Sul, com importância estratégica em razão das vastas reservas petrolíferas, dentre outros recursos naturais, que atraem a cobiça e geram a confluência de atos de pirataria sobre navios no intuito de roubos de cargas e rapto de marinheiros, entre muitos outros desafios de segurança já conhecidos e identificados que existem na região (Bernardino, 2023, pp.93-110).

Uma aposta nas relações externas do Brasil no Sul Global tem contribuído para o desenvolvimento dos PALOP, muito por via da cooperação bilateral, e no reforço de atividades em parceria estratégica. A cooperação bilateral brasileira com os PALOP integra a agenda de política

externa que contém projetos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e que visam capacitar estes Estados Africanos em vários domínios, nomeadamente na vertente da Defesa.

Desde o Projeto BRA/13/008, a alternância de quatro sucessivos governos brasileiros tornou inconstantes e intermitentes as ações de APD junto ao Sul Global, especialmente com as nações africanas em desenvolvimento, o que inclui especialmente os PALOP.

Neste contexto, constata-se que o total de países capacitados, em Defesa, dos Estados da África era quase o dobro da soma dos militares dos demais países do Sul Global (Lima, 2024). Ressalta-se ainda que, em 2013, a cooperação com os PALOP representava cerca de 75% das ações conjuntas da cooperação do Brasil em África (Milani e Ives, 2023). O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações gerais no contexto da cooperação em Defesa realizado pela cooperação brasileira com os PALOP na região do Golfo da Guiné e analisar algumas tendências gerais.

A ajuda pública brasileira ao desenvolvimento

A Carta Magna brasileira assinala a prioridade dada à cooperação internacional, no sentido de contribuir para o progres-

so da sociedade (MRE, s.d.). Para essas atividades, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Ambos são órgãos institucionais que colaboram, sobretudo, para a materialização da política externa do Brasil (MRE, 2020). Lembra-se que os auxílios disponibilizados pelo governo brasileiro também têm a finalidade de fortalecer os laços de amizade, cooperação e as interações político-estratégicas com o Sul global, sendo entendidos como uma prioridade estratégica (MRE, 2020).

Assim, a ABC e o MRE são as principais instituições nacionais executoras das políticas de cooperação do Brasil com África, entre outras envolvidas, como o Ministério da Defesa do Brasil. Destaca-se que as políticas externa e de Defesa são complementares e indissociáveis, segundo aponta o Livro Branco do Ministério da Defesa do Brasil. Basicamente, o Brasil não procura impor soluções aos seus parceiros, mas pretende construir respostas para os muitos e variados problemas, essencialmente por meio do diálogo integrado e das parcerias estratégicas multidomínio.

O desenvolvimento de capacitação das pessoas é um dos princípios da cooperação técnica internacional brasileira (MRE, s.d.). Necessariamente, a cooperação técnica Sul-Sul assenta no intercâmbio horizontal de partilha de conhecimentos originados nos países em desenvolvimento. Para o Brasil, a intenção é compartilhar práticas disponíveis e que são relevantes, com outros países, para enfrentar desafios similares ao desenvolvimento socioeconómico e à segurança (MRE, 2013).

Neste contexto, o Brasil implementou o Projeto BRA/13/008, a partir de 2013, denominado “Consolidação da Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira” (MRE, 2018), que também incluiu capacitação no âm-

bito da Defesa. Assim, a política externa brasileira de ajuda ao desenvolvimento ganhou um novo fôlego, materializado por este projeto, que contou com mais de 600 iniciativas em todo o Sul global, espaço em que os PALOP são importantes aliados da política externa brasileira e principais destinatários da cooperação no setor da Defesa (Pomeroy, 2021).

A ajuda brasileira no setor da Defesa nos PALOP

O documento de cooperação estratégica da ABC aponta que a África está entre as prioridades geoestratégicas das relações de cooperação técnica do país (MRE, s.d.). Desde o Projeto BRA/13/008, a alternância de quatro sucessivos governos brasileiros tornou inconstantes e intermitentes as ações de APD junto ao Sul Global, especialmente com as nações africanas em desenvolvimento, o que inclui especialmente os PALOP.

Entre 2009 e 2017, cerca de 277 militares do Ministério da Defesa do Brasil ministraram cursos de capacitação no continente africano, a fim de incrementar os intercâmbios proposto pelo Brasil, no setor de Defesa, essencialmente para oficiais e sargentos de nações do seu entorno estratégico (Milani, 2017). Importa frisar que, em 2010, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica na Área de Defesa, envolvendo o Ministério da Defesa do Brasil e a ABC, para o estabelecimento de encargos, especialmente desta última instituição, visando uma maior autonomia para otimizar o estabelecimento de projetos na esfera militar (Pomeroy, 2021).

Nesse diapasão, os militares dos PALOP localizados na região do Golfo da Guiné, no seu conjunto, representam mais da metade da soma dos capacitados nos demais Estados Africanos (Lima, 2024). No contexto do Projeto BRA/13/008, continuamente são disponibilizados cursos nas escolas militares das Forças Armadas Brasileiras. Estes cursos são frequentados por militares africanos, maioritariamente dos PALOP (Pomeroy, 2021). No âmbito do Sul Global, as vagas em escolas das Forças Armadas Brasileiras são maioritariamente destinadas aos militares de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da América Latina e do Caribe (Lima, 2024). Como exemplo, nota-se que Angola foi o país que teve me-

nos número de militares capacitados, enquanto Cabo Verde, em comparação com os demais, é o PALOP do Golfo da Guiné com mais efetivos apoiados na esfera da cooperação de Defesa em território brasileiro (ver Tabela).

A cooperação técnico-militar é uma das formas de apoio em que o propósito é capacitar recursos humanos, com vista a ampliar as aptidões individuais e a poderem cumprir as suas atribuições com maior eficiência e eficácia no coletivo.

Neste contexto, cerca de 150 militares dos PALOP da região do Golfo da Guiné foram capacitados pelas iniciativas do Ministério da Defesa do Brasil, sob patrocínio da ABC. A Guiné-Bissau contou com mais de 10% do total e relativamente à Guiné Equatorial, nada consta registado desde 2013 até ao presente, visto que não participou de ações de cooperações bilaterais em Defesa, pois estava em processo de adesão à CPLP (Lima, 2024), a qual viria a ser aprovado e admitido em 2014. Em relação a São Tomé e Príncipe, os militares capacitados representam mais de 30% da soma de todos os PALOP do Golfo da Guiné, revelando-se como a primeira prioridade neste contexto.

Constata-se que o número de efetivos de militares capacitados dos PALOP da região do Golfo da Guiné não seguiu uma trajetória homogênea, após 2013, tendo experimentado oscilações expressivas e registando um pico no ano de 2019. Por outro lado, em 2016, constamos menores índices de militares capacitados por meio das iniciativas conjuntas da ABC com o Ministério da Defesa do Brasil. Entre 2013 e 2015, bem como entre 2016 e 2019, a cooperação teve um aumento de intensidade e de 2019 a 2022, a cooperação de Defesa foi tendencialmente decrescente, com um discreto aumento a partir de 2023 (ver Gráfico). Em alguma medida, este facto parece decorrer de uma tendência do Brasil ter reaberto canais institucionais com diferentes regiões e nações do Sul Global (Saraiva e Silva, 2023). Nesse sentido, nos domínios dos projetos brasileiros pertinentes à Defesa, nomeadamente o treinamento militar bilateral, visa compartilhar com os militares africanos as peculiaridades da experiência militar nacional (MRE, 2020). Em 2013, o sector da cooperação de Defesa

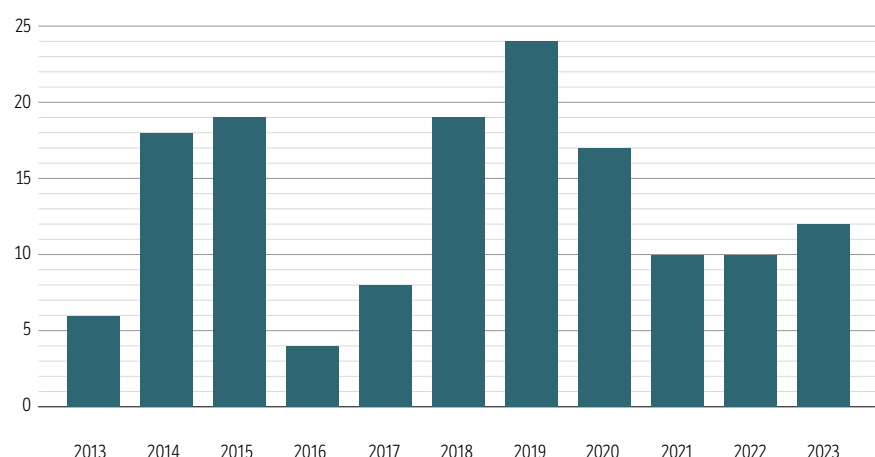
TABELA 1. CAPACITAÇÃO DE MILITARES POR PALOP DO GOLFO DA GUINÉ NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (até 2023)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Lima (2024).

País	Efetivos capacitados
Angola	12
Cabo Verde	64
Guiné-Bissau	16
São Tomé e Príncipe	55
TOTAL	147

FIGURA 1. MILITARES DOS PALOP/ GOLFO DA GUINÉ CAPACITADOS EM DEFESA COM APOIO DO BRASIL (por ano)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Lima (2024).





era o quarto setor de maior atuação do Brasil no âmbito da cooperação internacional (Milani, 2017). Deste modo, a cooperação técnico-militar é uma das formas de apoio em que o propósito é capacitar recursos humanos, com vista a ampliar as aptidões individuais e a poderem cumprir as suas atribuições com maior eficiência e eficácia no coletivo (MRE, 2020).

Conclusões

Da análise das particularidades da Política Externa Brasileira no âmbito da cooperação no setor da Defesa, nomeadamente sobre dados relativos ao Projeto BRA/13/008 de Ajuda Pública ao Desenvolvimento com os PALOP localizados na região do Golfo da Guiné, constata-se que algumas ações junto destes países merecem ser efetivamente destacadas. Estas nações africanas contam com recursos originários dos projetos da ABC, entre outros aspetos com fundos do governo do Brasil, contribuindo para capacitar os militares nas escolas das Forças Armadas Brasileiras.

Verifica-se que, para o Brasil, por meio das capacitações em Defesa, existe uma tendência em formar e consolidar, continuamente, uma agenda positiva com outros Estados do designado Sul Global, tais como os países africanos em desenvolvimento. Desse modo, por meio da liderança e da coordenação da ABC, o Brasil mantém a sua iniciativa estratégica no contexto internacional, aprimorando políticas públicas próprias, o que contribui para a capacitação das instituições nacionais patrocinadoras, tais como o Ministério da Defesa e a Estrutura Superior das Forças Armadas.

Finalmente, existe uma tendência de projeção internacional do Brasil em linha com a sua política externa mais ativa, e apostando na diversidade de parcerias, gerando benefícios significativos, que assegura uma relação bilateral que consolida a sua postura nos fóruns multilaterais, como na CPLP. Além disso, existem possibilidades de alcançar ganhos estratégicos para a política externa brasileira, especialmente no setor da Defesa. Consequentemente, existe impacto direto na influência regional do Brasil no Atlântico Sul, nomeadamente sobre o espaço marítimo da região do Golfo da Guiné e, fundamentalmente, junto aos PALOP. ●

Referências

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2023). 25 Anos de Cooperação na CPLP no Domínio de Defesa (1998-2023). Uma aposta na Atlantidade. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 140. Nº 1-12 (janeiro-dezembro 2023), pp.93-110.
- LIMA, Maria Regina S. (2023). A dialética da política externa de Lula 3.0. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), pp. 79-95, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104> (acesso em 10 out. 2024).
- LIMA, Paulo R. B. (2024) RES: Estudo científico. Mensagem recebida por <efgorga@id.uff.br> em 16 jul. 2024.
- MILANI, Carlos R. S. (2017). ABC 30 anos: Histórias e Desafios Futuros. Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2017.
- MILANI, Carlos R. S.; IVES, Diogo (2023). A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), pp. 127-146, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/106> (acesso em 10 nov. 2024).
- MRE (2013). Manual da Cooperação Técnica Sul-Sul. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2013.
- MRE (2018). Projeto BRA/ 13/008 – Consolidação da Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira – Relatório de Progresso. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2018.
- MRE (2020). Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2020.
- MRE (s.d.). Documento de estratégia da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <https://www.abc.gov.br/impressa/mostrarconteudo/684> (acesso em 10 out. 2024)
- POMEROY, Melissa. (coord.) (2021). Avaliação de Meio-Termo BRA 13/008: consolidação da cooperação técnica Sul-Sul – Relatório final 2021. Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2021.
- SARAIVA, Miriam G.; SILVA, André L. R. (2023). O retorno do Brasil às Relações Internacionais? Avaliando os 100 primeiros dias da política externa do novo Governo Lula. Conjuntura Austral, 14 (68), pp. 7-11, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/137065> (acesso em 11 out. 2024).